

# Revivendo Guararapes



*Sérgio Roberto Dentino Morgado\**

**Resumo:** Abandonando a mera descrição cronológica do fato histórico, o autor faz uma análise crítica sobre ele, e levanta indagações provocativas de debate sobre alguns de seus aspectos.

**Palavras-chave:** Padre Antônio Vieira, Nassau, Companhia das Índias Ocidentais.

**E** stamos reunidos neste sodalício para comemorar o fato histórico determinante da criação do Exército Brasileiro, ocorrido no distante 19 de abril de 1648, nos Montes Guararapes.

Assim como hoje aqui, este ato se repete em todas as guarnições militares da Força Terrestre existentes no território nacional, com maior ou menor ênfase, função da capacidade constituída pelos meios e conhecimentos disponíveis, mas fundamentalmente pela compreensão da importância de sua representatividade. E é sobre essa compreensão e essa representatividade o fulcro da reflexão que desejo então fazer.

Existe um aforismo que diz que a História é a mestra da vida, o qual, complementado por Santayana, na afirmação de que aqueles

que a desconhecem estão fadados a repeti-la, nos remete a meditar sobre seu uso.

Minha proposta não é discorrer sobre o fato, historiando o que o leitor certamente já sabe, mas provocá-lo sobre o que fazer desse uso, na esperança de estimular o debate sobre as possibilidades e responsabilidades de um Instituto vocacionado ao trato mais esmerado da Geografia e da História, com prevalência do seu viés militar, mas sem descuidar da análise e da compreensão mais profunda da sua inserção no cotidiano do contexto histórico.

Isso posto, convém começar fazendo uma constatação. Essa nossa Guerra dos Trinta Anos produziu, e continua produzindo, um dos mais volumosos acervos documentais relativos ao nosso período colonial, aqui e alhures. Só José Honório Rodrigues no seu *Domínio Holandês no Brasil*, editado em 1949, lista 1.098 referências bibliográficas e historiográficas.

\* General-de-Brigada. Sócio titular do IGHMB.

1 Matéria extraída de palestra proferida em 17 de abril de 2001, no auditório do IGHMB, na Casa Histórica de Deodoro, ao ensejo do transcurso do Dia do Exército – 19 de abril.

Algumas delas são obras de reconhecimento e festejado valor, como é o caso de Boxer – o inglês, de Netscher – o alemão, de Watjen – o holandês, dos brasileiros José Antônio Gonçalves de Melo e Evaldo Cabral de Melo, sem esquecer de Antônio de Souza Junior, nosso benemérito confrade. São todas obras feitas na distância do tempo, sem a paixão da presença, diferentes das narrativas de Frei Manoel Calado, com o seu *Valeroso Lucideno*, de Duarte de Albuquerque Coelho, com suas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, e das obras de Caspar Barleus e de Johannes de Laet, dois holandeses que viveram o momento histórico e o imprimiram nas suas obras.

Mas esse estudo tem sofrido fluxos e refluxos na sua trajetória, na busca do conhecimento de fatos novos que transmudem a verdade histórica no seu reescrever com roupagens mais modernas e atraentes.

No mundo globalizado que habitamos, o reforço da nossa identidade é atitude primordial. Mostrar que o Exército nasce gerado das entranhas de uma sociedade que, agredida pelo interesse alienígena, se arma para defender seus valores é responsabilidade que nos foi cometida na herança deixada pelos fundadores deste Instituto. Mostrar que não surgimos como tropa pretoriana ou como um bando de mercenários, que não somos fruto de intenções menores – que nascemos com a Pátria, como convém, esse o nosso papel.

*Evaldo Cabral de Melo pondera sobre a importância do conhecimento da História portuguesa como fundamento para a compreensão da nossa História.*

Mas como e para quem fazer isto? Quem quer saber? Quem quer escutar? Que artifícios deveremos usar?

Penso que a primeira atitude é abandonar a mera descrição cronológica e factual e partir para a análise crítica dos fatos históricos. Abrir discussão com quem conhece, expor o nosso ponto de vista. Agregar a nossa experiência para induzir a compreensão do fato histórico no seu viés militar.

No prefácio de *O Negócio do Brasil*, Evaldo Cabral de Melo pondera sobre a importância do conhecimento da História portuguesa como fundamento para a compreensão da nossa História, que ele próprio constatou desconhecer. Eu mesmo, procurando razões para entender fatos e fracassos acontecidos no desenrolar desse conflito, fui me socorrer de

Carlos Selvagem, com o seu *Portugal Militar* e, de forma fragmentária, em Will Durant, na sua *História da Civilização*, para buscar as relações entre o que ocorrera aqui e na Europa. Verifiquei, buscando nas livrarias, que não existe nenhuma obra traduzida para o português sobre a Guerra dos Trinta Anos.

Evaldo abre a sua narrativa afirmando que “o domínio neerlandês no Brasil constitui o episódio central do conflito que opôs Portugal aos Países Baixos pelo controle do açúcar brasileiro, do tráfico negreiro de que este dependia e do comércio das especiarias asiáticas”. Embora não desqualifique as razões econômicas como preponderantes do

conflito, tudo o que pude ler a seu respeito, e não foi pouco, conduzem a minha crença para uma razão político-estratégica, ou seja, a criação da Companhia das Índias Ocidentais teve muito mais no interesse bélico o seu *leit motiv*. O ataque ao Nordeste foi realizado para aliviar a pressão espanhola contra o território batavo na Europa.

Além disso, a guerra no Brasil teve a mesma conotação religiosa da que se desenrolava no território europeu e, no seu bojo, carregava os mesmos ódios e as mesmas incompreensões. Só se amenizava no coração do nosso caboclo, esse cadinho que amalgamou as qualidades das nossas raças formadoras temperadas pelo clima dos trópicos, um ingrediente singular que regulava e impunha atitudes nesse nosso teatro de operações.

Isso nos remete para outro conjunto de curiosidades – o elemento humano envolvido no conflito. Com razoável boa vontade, poderemos contabilizar alguns dados para as nossas reflexões. Sabe-se que a Europa Ocidental, na virada do século XVII, tinha cerca de 50 milhões de habitantes. Os Valois, na França, tinham cerca de 20 milhões de vassallos e os Habsburgos, somando a Espanha e o Sacro Império Romano Germânico, perto de 30 milhões. Nesse conjunto estavam 5 milhões de espanhóis, 6 milhões de italianos, 2 milhões de holandeses e 1 milhão de portugueses, além de alemães, austríacos, boêmios, húngaros e poloneses. No Bra-

*A guerra no Brasil  
teve a mesma  
conotação religiosa  
da que se desenrolava  
no território europeu  
e, no seu bojo,  
carregava os mesmos  
ódios e as mesmas  
incompreensões.*

sil, a Capitania de Pernambuco contabilizava 120 mil almas, dos quais 45 mil eram homens livres, um igual número de escravos e cerca de 20 mil índios controlados. Em 1622, Matias de Albuquerque informava, segundo Evaldo, que viviam ali cerca de 8 mil homens aptos para as armas.

Como dado de comparação, o exército que o Duque de Alba reuniu para atacar os holandeses nas Flandres, no início da guerra de independência dos Países

Baixos, era composto por 10 mil homens. Em Salvador, desembarcaram 1.700 homens na invasão de 1624 e, no Recife, Matias de Albuquerque conduziu 850 patriotas para se contrapor aos 3.000 soldados de Waerdenburch desembarcados no Pau Amarelo. Na primeira invasão, o Conde Duque de Olivares, condes-

tável espanhol, organiza a Jornada dos Vassallos, com 53 velas e 11 mil homens, comandados pela fina flor da vassalagem luso-espanhola, para recuperar a colônia.

Em 1630, manda Antônio de Oquendo com apenas 20 navios de guerra e 2 mil homens em armas. Na Bahia a guerra dura um ano, em Pernambuco vai durar 24. Serão reflexos da Europa?

Esses dados nos atraem para uma questão transformada em capítulo, no livro *Olanda Restaurada*, e que trata da relação dicotômica entre a guerra travada nas Flandres e a guerra travada no Brasil. A questão primordial não é a comparação entre elas, mas o fato da substituição de uma pela outra.

Matias de Albuquerque a empregou e cercou os batavos por largo tempo no Recife. A chegada do napolitano Conde Bagnolo com Oquendo, em 1631, deu início ao questionamento ético do emprego da guerra brasílica. Antes de partir, em Lisboa, escrevendo a Felipe IV, Bagnolo afirmava que “o não defender as praças e retirar-se para os matos é contra a reputação das armas de Vossa Majestade”. Queria realizar, em Pernambuco, uma guerra de sítios, à maneira das Flandres, fortificando o Cabo de Santo Agostinho e as estâncias, guarnecendo os fortes ainda em poder dos luso-espanhóis com infantaria de fora, pois a “natural”, dizia, “era quase toda de gente inconstante que não sabia o que fazia ou tinha apenas em mira o próprio proveito”.

Este conceito o vemos repetido por D. Luís de Rojas y Borja, que veio substituir Matias na condução da guerra. Ele, também um veterano das Flandres, afirmou “que não era macaco para andar pelo mato”. Morreu no primeiro embate, no combate da Mata Redonda, derrotado por dois outros veteranos das guerras na Europa, que defendiam os interesses batavos em Pernambuco – o polonês Archewiski e o alemão von Skoppe.

Esses se adaptaram melhor aos ensinamentos da terra, pois usaram os conhecimentos de Calabar para romper o cerco no Recife e expandir a área conquistada.

Estas reflexões ficam mais ricas se atentarmos para o fato de que Matias de Albuquerque vai vencer os espanhóis em Monjolo, na guerra de restauração portuguesa, aplicando o que aprendera com os naturais em Pernambuco.

Será também interessante avaliar a influência de Bagnolo na definição das ações a partir de sua chegada, pois, na verdade, o sucesso do cerco diminuiu desde então. É verdade que a defecção de Calabar, em 1633, ensinando os fundamentos das guerrilhas aos holandeses, foi elemento essencial, mas a perda do Forte dos Afogados, que impedia o acesso à várzea do Capiberibe e, em conseqüência, enfraquecia a posição fortificada do Arraial do Bom Jesus, poderia estar relacionada com essa questão conceitual. A base da resistência eram as Companhias de Emboscadas e, nos combates de sítio, falavam mais forte o armamento e a técnica européias.

Projetemos a questão para o segundo cerco do Recife, agora já em 1645, na fase da Insurreição Pernambucana. O primeiro embate vitorioso foi no Monte das Tabocas, onde uma força holandesa bem armada foi atraída para uma série de emboscadas concebidas por um mestre dessa arte, o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, e cujo *coup-de-grâce* foi uma arremetida de quarenta negros, escravos de João Fernandes Vieira, morro abaixo, gritando e brandindo paus tostados, pondo em fuga os “veteranos das Flandres”. Tabocas foi a *avant-première* das batalhas dos Guararapes, foi o seu ensaio, pois embora elas se caracterizem como um combate entre forças constituídas, o primeiro nesse nível em nossas terras que produziu conseqüências definitivas, na realidade tiveram êxito porque empregaram as técnicas da emboscada aliadas ao judicioso uso do terreno.

Outra dicotomia refere-se à relação entre a guerra travada no mar e a guerra tra-

vada em terra. Sabe-se da hegemonia naval holandesa até a metade do século XVII, quando foi derrotada e substituída pelo poder naval inglês, a partir de 1652-54. Teria a presença holandesa no Brasil durado trinta anos em face dessa hegemonia? Teria a incapacidade holandesa de se adaptar ao terreno levado à perda da colônia implantada no Nordeste? A análise das presenças desses efetivos e a disparidade entre as capacidades militares batava e ibérica será certamente um tópico atrativo a ser discutido, até porque ela poderá explicar mais concretamente as razões dos resultados das ações estratégicas executadas por ambos os lados e suas repercussões na continuação do conflito.

Por exemplo, como entender que uma ação co-rodada de êxito, que foi a conquista do Recife em 1630, envolvendo 54 navios e iates acompanhados de 13 pinaças equipadas por 3.500 homens do mar sob o comando do Almirante Lonck, e que carregavam um exército de quase três mil homens sob o comando do Coronel Waerdenburch, resultasse, menos de um mês depois, no cerco da praça por efetivos extremamente reduzidos e com enorme carência de meios? Afinal, supunha-se que a força recrutada para atuar em Pernambuco o fora com base nos recursos vultuosos provenientes da captura da Frota de Prata espanhola por Piet Heyn, em 1629, e teria sido formada por efetivos experientes da guerra nas Flandres. Como explicar?

*Teria a incapacidade holandesa de se adaptar ao terreno levado à perda da colônia implantada no Nordeste?*

E o episódio da armada do Conde da Torre, D. Fernando de Mascarenhas, considerada como o clone da Jornada dos Vasallos e por isso denominada “Jornada do Brasil”? Sabe-se que os preparativos para organizar uma nova armada de socorro tiveram início em junho de 1636, mas a esquadra só saiu de Lisboa em 8 de setembro de 1638, estimulada, quem sabe, pelo ataque de Nassau a Salvador. Era composta por 38 navios e equipada com 2.400 marinheiros e cerca de 5.000 homens de guerra. Aportou em Salvador em 17 de janeiro de

1639 e saiu para dar combate ao inimigo em 21 de novembro, agora com 87 embarcações e 5.017 homens de desembarque.

O combate se travou próximo da Ilha de Itamaracá, contra efetivos inferiores do inimigo; durou quatro

dias e resultou na dispersão da esquadra de socorro e no desembarque de 1.430 homens na Baía da Traição, no Rio Grande do Norte, que, ao comando do Mestre-de-Campo Luís Barbalho, empreenderam uma marcha épica de quatrocentas léguas pelo interior do território inimigo e, ao cabo de quatro meses, conseguiram chegar a Salvador a tempo de participar da defesa da cidade contra outra tentativa de assalto feita por ordem de Nassau.

Considero que seria muito importante discutir esse episódio pela diversidade de situações que ele apresenta, com uma atenção especial para a reconstituição da marcha de Barbalho, cuja importância militar não foi, até hoje, devidamente considerada.

Um outro tópico que desejo tratar refere-se à questão ideológica. Um jovem bacharel em História pela USP, Pedro Puntoni, publicou, em 1992, pela Editora Brasiliense, um livretinho chamado *Guerras do Brasil (1504 - 1654)*. Ao analisar, sumariamente, 150 anos de conflitos, ele descreve o enfrentamento que Portugal teve com outras nações interessadas no espaço econômico americano para consolidar seu domínio. Ele conclui o ensaio afirmando que o seu objetivo foi mostrar como a História Colonial brasileira faz parte do movimento da História do Capital, tomando-lhe um dos aspectos.

Ao refletir sobre essa assertiva, vejo que ela nos leva a discutir as razões pelas quais a Companhia das Índias Ocidentais foi criada. Mais do que isso, analisar o seu comportamento no trato da Colônia e sua influência no desenrolar dos acontecimentos.

Lemos em Boxer, no seu livro sobre Salvador Correia de Sá, que Willem Usselinx, um flamengo refugiado em Antuérpia, foi o principal mentor da criação da Companhia – a WIC [*West India Company*] – como ficou conhecida. Sua proposta primitiva era a de colonizar áreas devolutas da América do Sul e surgiu na época da trégua dos 12 anos da guerra entre a Espanha e os Países Baixos. Ocorre que, ao longo dos oitenta anos que durou essa guerra, o intercâmbio colonial entre ambos foi permanentemente exercido, principalmente na base do contrabando. Durante a trégua, entre 1609 e 1621, dois terços do tráfico entre o Brasil e a Europa esteve nas mãos dos holandeses, na sua maioria judeus sefarditas.

Mas essa guerra não tem suas origens em interesses econômicos, ela é fruto do

conflito religioso entre católicos e protestantes, que teve início com a Reforma proposta por Lutero em 1517 e que se propagou pela Alemanha e pela França, atingiu o Norte da Europa e chegou, inclusive, na Inglaterra. Ela se confunde com a disputa de poder entre os Habsburgos e os Valois, e depois com os Bourbons, uma guerra dinástica que infelicitou a Europa entre 1618 e 1648.

Usselinx representava o partido da guerra holandês, em cuja composição sobressaíam os calvinistas da Zelândia, feroces inimigos dos espanhóis. Seus objetivos eram atacar as fontes de riqueza ibéricas no Novo Mundo. Sua proposta era criar a Companhia no início do século XVII, à semelhança da Companhia das Índias Orientais, essa voltada para a disputa comercial. Não o conseguiu porque teve em Johan van Oldenbarnevelt, que representava o partido da paz, um interlocutor com justificativas que foram mais fortes, nas avaliações dos conselheiros que compunham a República Holandesa em formação. Oldenbarnevelt foi o construtor da trégua dos 12 anos. Ele alegava que era menos dispendioso conseguir os produtos da América nos portos ibéricos do que lutar por eles no Mar das Caraíbas.

Boxer observa que “a execução, em 1619, de Oldenbarnevelt, sob a forjada acusação de alta traição, assinalou o triunfo do Príncipe Maurício de Nassau e dos calvinistas militantes, partidários da guerra. Esse fato se confunde com o irromper da guerra na Alemanha, em 1618, e foi determinante para a criação da Companhia das Índias Ocidentais em 3 de junho de 1621.

Sua primeira missão foi conquistar Salvador, na Bahia, em 1624.

Considerando esse ponto de vista, é interessante analisar a dispensa do Conde João Maurício de Nassau-Siegen das suas funções de Governador da Nova Holanda, o núcleo implantado pela Companhia no Recife. Nassau lhe dera vida, tornara a colônia rentável, expandira seus domínios, conquistara um ponto de apoio na África, de onde garantia um dos insumos fundamentais para a indústria do açúcar – a mão-de-obra escrava. Mas estava sendo dispensado. Por que? Estariam os motivos fundamentais na tolerância religiosa que implantara em Cidade Maurícia, ou na participação dos locais nas Câmaras de Escabinos, desvirtuando as reais motivações da Companhia e dos Estados Gerais, a quem estava associada na empreitada? E por que isso foi feito em 1644, considerando que o poder dos Habsburgos havia sido mortalmente ferido na batalha de Rocroi, em 1643, contra os Bourbons de Luís XIV? E por que não considerar também a restauração portuguesa de 1640, que abriu nova frente com a Espanha e gerou uma trégua de dez anos, a partir de 1641, que foi cumprida na Europa, mas não o foi nas colônias?

A propósito dessa Restauração, convém lembrar que D. João IV, ao assumir o trono português, deparou-se com três importantes tarefas para resolver: o reconhecimento, na Europa, do Reino e do Trono no concerto internacional; a defesa das fronteiras contra o inevitável ataque do vizinho e a reintegração das colônias que, na América, na Ásia e na África, haviam sido perdidas para os Países Baixos no decorrer da pro-

longada guerra que haviam sustentado contra a Espanha.

Evaldo Cabral de Melo trata magistralmente desse assunto no seu livro *O Negócio do Brasil*, que relata as negociações luso-neerlandesas acontecidas entre 1641 e 1669, analisando as nuances da recriação do monolitismo de seu domínio na América, a partir dos contextos militar e político e das mutações do equilíbrio de poder europeu, onde inclui a paz do Munster, a crise anglo-portuguesa de 1649, o eclipse da Casa de Orange em 1650 e as guerras anglo-neerlandesas que lhe sucederam.

Trago desse estudo, para reflexão, a participação do Padre Antônio Vieira nas negociações e, em especial, o seu *Papel Forte*.

Nos conta Evaldo que, ao reingressar no cenário internacional, Portugal estava despreparado diplomaticamente, tendo que improvisar recrutando na alta aristocracia, no sistema judiciário e entre os funcionários da Casa de Bragança. Tristão de Mendonça Furtado, o primeiro embaixador enviado a Haia, negociou a trégua dos dez anos.

A ação de Nassau no Brasil, aproveitando-se de que a ratificação da trégua levaria seis meses, permitiu a conquista do Maranhão, de Angola e Sergipe, criando um impasse nas negociações. Datam dessa época os primeiros contatos, sob a inspiração de João Fernandes Vieira, para a elaboração de um plano visando a uma revolta geral, a semelhança da restauração portuguesa na Europa. E aparecia, pela primeira vez, a oferta de compra do Nordeste aos holandeses, pelos luso-brasileiros, no valor de 2 milhões de cruzados. Foi

com essa missão que chegou em Haia, no ano de 1643, o novo embaixador português, D. Francisco de Souza Coutinho, lá permanecendo até 1650.

A Insurreição Pernambucana de maio de 1645 seria o novo fator a dificultar as negociações, que envolviam os interesses holandeses na sua luta contra a Espanha, dessa contra Portugal e contra a França, das lutas contra os turcos no Mediterrâneo, envolvendo interesses venezianos e papais, uma verdadeira trama diplomática.

É quando surge a figura do Padre Antônio Vieira, que a mando de D. João IV vai a Haia reavaliar a situação. De regresso a Lisboa, convence o monarca a aumentar a oferta para 13 milhões a fim de que Souza Coutinho comprasse os compradores.

Fazem parte dessa trama diplomática as ações bélicas ocorridas a partir de 1645, pois tudo leva a crer que elas estariam inseridas nas tratativas para a elaboração dos tratados que se acertavam na Europa, seja o de Munster, que selaria a paz entre a Espanha e os Países Baixos, seja o de Westfália, que envolveria todo o resto da Europa conflagrada. Permite entender porque a armada de Witte de With retardou sua chegada ao Brasil, sendo antecipada pelo reforço trazido por D. Antônio Teles de Menezes – o Conde de Vila Pouca de Aguiar –, e que obrigou von Skoppe a abandonar Itaparica um mês antes da chegada do *Double W*.

O que não contavam os negociadores foi com a vitória luso-brasileira nos Guararapes, em abril de 1648. Ela desmontou as combinações para a compra do Nordeste e criou novas expectativas e novas atitudes

entre os litigantes. É difícil, então, entender porque Souza Coutinho prepara um documento em agosto de 1648, com a ajuda do Padre Vieira, onde, invertendo o processo, ambos admitem a restituição, aos holandeses, do território entre o Rio Grande do Norte e o Rio Sergipe.

Em Lisboa, ao contrário, a vitória nos Guararapes impediria tal atitude, reforçada pela reconquista de Angola, em agosto do mesmo ano.

A análise das razões do comportamento de Vieira são um substrato interessante para entender as relações diplomáticas daquilo que Evaldo Cabral de Melo denominou “a primeira crise internacional da história brasileira”.

Para justificar sua atitude, Antônio Vieira escreve o seu *Papel Forte*, onde expõe seus argumentos em favor do acordo de Haia. Segundo Evaldo, ele afirma que declarar guerra à República equivalia fazer o jogo dos espanhóis, pois a Coroa não tinha dinheiro para custear as guarnições da fronteira com a Espanha, endividara-se enormemente com a armada de Vila Pouca, perdera a receita aduaneira de sessenta navios capturados pelo inimigo e da safra de açúcar que se deixara de lavrar na Bahia, em montante superior a 5 milhões de cruzados. Perguntava como Portugal queria defender o Brasil se não conseguia defender o Alentejo. Afirmava que os Países Baixos possuíam 14 mil navios e duzentos mil marinheiros, enquanto Portugal tinha apenas 13 navios e quatro mil marinheiros. A superioridade batava em apetrechos bélicos e em quadros militares também era esmagadora. Diplomáticamente, o governo de Haia não



tinha inimigos; o de Lisboa não tinha um único amigo.

Esse documento ficou conhecido na história luso-brasileira como um dos mais altos exemplos de realismo político. Consta ter sido escrito no retorno de Vieira a Lisboa, no fim de 1648. A vitória luso-brasileira na Segunda Batalha dos Guararapes, em 19 de fevereiro de 1649, terá sido o canto do cisne dessa tentativa diplomática. A satanização do Padre Antônio Vieira por esse episódio que, inclusive, seria uma das razões que o teriam levado à Inquisição, merece um reestudo. A literatura já o recuperou, colocando-o onde merece. Cabe agora aos historiadores cumprirem o seu papel.

Atrevo-me a tocar em mais algumas reflexões envolvendo o final da guerra, mais precisamente a Capitulação do Taborda. José Antônio Gonçalves de Mello fez publicar, em 1979, através do então Ministério da Educação e Cultura, uma edição ilustrada sobre a Rendição dos Holandeses no Recife.

Desse importante documento me chamou a atenção uma análise comparativa entre outras rendições dos holandeses, na mesma época. Ele compara a rendição do Taborda com a rendição de Salvador, em 1625, e a de Angola, em 1648. Na primeira, os espanhóis, representados por D. Fradique de Toledo Osório, só deixaram os holandeses levarem a roupa de vestir e dormir, os oficiais podendo conduzi-las em caixas e baús, e os soldados nas suas mochilas.

Em Angola, Salvador Correia de Sá e Benevides concedeu-lhes levar consigo todos os bens pessoais e mais os da Compa-

nhia que ali fossem encontrados, inclusive os escravos, além de metade da munição, e mantimentos de que dispunham. Agregasse a esses dados a rendição dos holandeses para os ingleses em Nova Amsterdã, hoje Nova York. Pelos ingleses foi reconhecido aos colonos o direito não só de ali permanecerem, como o de conservarem seus bens, e ainda admitiram a vinda de novos colonos, a navegação e o comércio em navios e com portos daquele país.

Francisco Barreto de Menezes foi pródigo nas concessões ao inimigo. Prometeu fornecer-lhes navios suficientes para evacuar todos quantos desejassem partir, dando-lhes tempo para se desfazerem de seus bens e propriedades. Aos que desejassem permanecer seriam tratados como súditos de Portugal. Foi decretada anistia para todas as ofensas e atrocidades cometidas durante a guerra, salvaguardando-as de qualquer represália por atos ou palavras.

O grosso da artilharia foi entregue aos portugueses, mas foi permitido a von Skoppe levar vinte canhões de bronze e tantos outros de ferro suficientes para a defesa dos navios de retorno. Constam das cláusulas, ainda, a permissão para levar toda a documentação de posse da WIC e a von Skoppe foi permitido levar consigo o equivalente a vinte toneladas de pau-brasil, como paga de soldo atrasado que lhe devia a Companhia.

Capitularam no Recife cerca de 1.200 soldados, que eram acompanhados por cerca de três mil funcionários e familiares. Todos foram embarcados em boas condições para a Europa. Alguns preferiram permanecer e fizeram família no Brasil.

Na literatura sobre a guerra falta um estudo mais profundo desse ato tão importante para a compreensão da fase final do conflito, como falta estudar, com recursos mais apropriados, os documentos holandeses que existem no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os que se encontram no Instituto Arqueológico do Recife. A nossa proposta tem sido a de preparar um encontro entre todas as instituições envolvidas ou com interesse no assunto, nacionais e estrangeiras, para formatar um Plano Diretor que permita recuperar essa memória e dar ao fato histórico o relevo que ele realmente tem.

Toda essa questão não teria sentido se o que proponho aqui fosse visto sob o interesse do diletantismo. Como todos devem saber, criou-se uma Fundação Cultural nominada Exército Brasileiro – a FUNCEB –, uma entidade civil de direito privado, para auxiliar o Exército na preservação e na divulgação do imenso patrimônio cívico, histórico, documental, material e imaterial que está sob sua guarda. Nesse contexto, a FUNCEB já começou a atuar, estimulando ou formatando projetos para cumprir tal desiderato.

O Caderno 2 do *Jornal do Brasil* publicou recentemente uma reportagem sobre o título *O Museu do Futuro e o Futuro dos Museus*, de autoria de Roberto Teixeira da Costa, que foi a Davos, no Fórum Econômico Mundial, participar de um painel sobre o Museu do Futuro. Fazia isso por ter sido eleito para a Presidência do Conselho Deliberativo do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Do artigo retirei algumas informações que penso nos interessar. Da pauta do painel, duas questões relevantes: Como os museus, basicamente

criações do século XIX, irão sobreviver no século XXI? Será que seu papel estará reservado a fazer parte da indústria do entretenimento? As respostas foram dadas por Thomas Krens, diretor do Museu Guggenheim de Nova York. Segundo Krens, o museu do futuro será delineado pela tecnologia e pela arquitetura. A arquitetura possibilitaria que as exposições do conteúdo fossem acompanhadas por um instrumental tecnológico que permita ao usuário acessar todas as informações relacionadas com o que estiver sendo exibido, através de vídeos, textos, realidades virtuais, internet, e outras maravilhas que estão por vir.

Nas suas considerações sobre a demanda, o articulista refere-se à mostra *Brasil + 500* para citar o enorme potencial de público que está ávido, no Brasil, por novas descobertas, novas informações. E o leitor deverá estar se perguntando: e daí?

Daí que preservar o patrimônio passa pelo seu uso, pela sua divulgação, e esse insumo está faltando nas nossas prateleiras para atender a essa demanda na sua formatação futura. Reinauguramos o Museu Conde Linhares e pretendemos transformá-lo num Centro Cultural dinâmico. Se quisermos usar este tema como referência, que é o da presença holandesa no Brasil, que apoios poderíamos oferecer para tornar atrativo o conteúdo e oferecer para a sociedade, para os visitantes, para as novas gerações, as informações que lhes permitam saber que o Exército Brasileiro nasceu dos Montes Guararapes, junto com a Nação, para protegê-la de interesses e da cobiça de outras sociedades? Um tema atual, certamente!

